BOLETIM INFORMATIVO
SULAM

Boletim Informativo do Programa Sul do Amazonas - maio de 2014 - edição 06

"Ouviram de perto a nossa realidade"

Organizações de Boca Acre se reúnem mais uma vez com os órgãos do governo na busca pela regularização fundiária

Indígenas, extrativistas e pequenos agricultores reunidos durante o "II Seminário: Debatendo a Regularização Fundiária em Boca do Acre"

Movimentos sociais, sociedade civil e órgãos públicos se reuniram em novembro de 2013 para discutir um dos maiores problemas do município de Boca do Acre: a falta de regularização fundiária. Mais de 250 pessoas estiveram presentes no salão da Paróquia São Pedro para o "II Seminário Debatendo a regularização fundiária em Boca do Acre".

Representantes do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio), Ministério Público Federal (MPF), Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), Fundação Nacional do Índio (Funai), Secretaria do Patrimônio da União (SPU), Ouvidoria Agrária Nacional e Programa Terra Legal estiveram reunidos com as lideranças comunitárias locais para estabelecer um diálogo sobre os processos de regularização fundiária em curso no município.

"O seminário desnuda tudo que está acontecendo em termos de conflitos agrários e até mesmo as necessidades da população da zona rural daquela região", afirma Sadi Pansera, assessor da Ouvidoria Agrária Nacional. "Os órgãos ouviram de perto a nossa realidade", conta Luzia Santos da Silva, representante do Conselho Nacional das Populações Extrativistas (CNS) de Boca do Acre. Na opinião de Cosme Capistano, coordenador da Comissão Pastoral da Terra (CPT) local, "o seminário é o momento de unir o povo para tirar ações e resolver os problemas fundiários."

Para Ailton Dias, diretor técnico do Instituto Internacional de Educação do Brasil (IEB), uma das conquistas do seminário é a maior compreensão das organizações e grupos sociais locais sobre a complexidade do território e a dominialidade das glebas de terra que existem. "Até alguns anos atrás se demandava muito

Representantes dos órgãos envolvidos participam do evento

da reforma agrária e da regularização, mas não se tinha muita clareza a quem recorrer. O primeiro seminário ajudou a identificar quais as glebas de terras são da União, do Estado e de particulares. Essa separação de quem é responsável pelo quê ajudou a definir a agenda de trabalho para que as lideranças pudessem bater na porta certa."

Histórico

Ailton Dias aponta o caos fundiário como um dos problemas de Boca do Acre. "É uma área onde se tem uma situação de ocorrência de grilagem, falsificação de documentação, sobreposição de documentos e isso foi acumulando ao longo do tempo desde o século XIX. Não se resolveu essas questões a ponto de ter uma massa de documentação, muitos dos quais podem ser inválidos", contextualizou Ailton Dias.

A falta de eficácia do Estado em conseguir organizar todos esses documentos também é um desafio a ser superado. Segundo ele, "fazer uma limpeza da documentação e identificar o que é válido ou não é um trabalho oneroso e difícil de ser feito porque exige uma varredura cartorial dos títulos que existem. Além disso, tem o problema de mediar os conflitos de quem está em cima das terras, seja ocupando tradicionalmente ou explorando comercialmente. Mediar isso é algo bastante complexo".

Para tentar solucionar os conflitos fundiários as lideranças de Boca do Acre criaram em 2011 o Fórum de Desenvolvimento Sustentável de Boca do Acre. No mesmo ano aconteceu o primeiro seminário. "Nós juntamos os órgãos fundiários que tem interveniência sobre o problema da regularização fundiária em Boca do Acre no primeiro seminário e tiramos uma agenda que foi avaliada no segundo seminário. São quase dois anos entre um seminário e outro porque de fato são agendas extensas e complicadas", avaliou Josinaldo Aleixo, consultor independente.

Desdobramentos

No seminário, Sadi Pansera, assessor da Ouvidoria Agrária Nacional, percebeu a necessidade de se ter um defensor público atuando no município, já que muitos moradores estão desassistidos de um direito que é garantido na Constituição. O defensor público Elizio Pereira Mendes Júnior foi designado e começou a atuar em março. "O papel do defensor público é prestar assistência jurídica e extrajurídica para quem não tem condição de pagar advogado", afirmou Elizio Pereira.

Essa é uma estratégia da Defensoria Pública para interiorizar o órgão. Foram nomeados 60 defensores públicos para atuar no interior do Estado. "A demanda em Boca do Acre é enorme. É uma comarca grande com cerca de 30 mil habitantes", explicou o defensor.

A Secretaria de Patrimônio da União (SPU) firmou o compromisso de cadastrar as comunidades tradicionais para receberem o Termo de Autorização de Uso Sustentável (TAUS). Como resultado do primeiro seminário, fez a entrega do TAUS em novembro no Rio Acre e em dezembro no Rio Purus.

"Já como resultado do segundo seminário nós demos continuidade na ação e em fevereiro desse ano fizemos o cadastramento no Rio Purus acima e em março estamos retornando para fazer até a divisa com o Acre. Os dois seminários alavancaram e estimularam essas ações", contou Agenor Noronha, chefe de divisão da SPU no Amazonas.

Na visão de Josinaldo Aleixo, "a SPU ter regularizado a situação de 900 famílias ribeirinhas é um impacto social, ambiental, econômico muito grande porque essas pessoas podem acessar o crédito, tem a sua segurança fundiária e não tem mais medo de serem despejadas." Quando a ação em Boca do Acre for finalizada o número de TAUS que serão entregues poderá chegar a cerca de 1.600 documentos.

Mais de 250 pessoas estiveram reunidas no seminário

Outra ação encaminhada no seminário foi a ida do Ministério Público Federal para o município de Boca do Acre em janeiro para realizar a ação do Projeto MPF na comunidade. Para Cosme Capistano, coordenador da CPT local, "o evento foi muito proveitoso porque trouxe o Ministério Público para a discussão e a comunidade pôde fazer denúncias."

Boca do Acre fica a 1.208 km de Manaus o que dificulta a atuação do Terra Legal do Amazonas. Como Rio Branco é geograficamente mais próximo, foi feito um acordo de que a equipe do Terra Legal do Acre faria o trabalho de campo para atender a demanda de forma mais acelerada. No segundo seminário o coordenador do Terra Legal do Acre, Antônio Braña, fez a entrega das peças técnicas para o Terra Legal do Amazonas fazer a etapa final, que vai ser a verificação e entrega dos títulos para as famílias.

"É uma luta de mais de 30 anos pela reforma agrária e regularização fundiária em Boca do Acre. Efetivamente se avançou, é pouco devido a enormidade do problema, mas é um avanço", afirmou Josinaldo Aleixo. Para Cosme Capistano, uma das lideranças do município, "o resultado dessas ações é fruto de uma luta de mais de 10 anos, é uma discussão antiga, mas que começou a ter um andamento mais rápido com o fórum e o seminário".

Madeira legalizada

Quatro planos de manejo florestal madeireiro foram aprovados no município de Lábrea

Dia da entrega dos planos de manejo para os representantes das associações

Os pequenos moveleiros e serradores do município de Lábrea comemoraram a aprovação, no início de janeiro, de quatro planos de manejo florestal de pequena escala para extração de madeira no Rio Sepatini. A Associação das Pequenas Movelarias de Lábrea (APEMOL) e a Associação das Pequenas Serrarias de Lábrea (ASMADEL) foram as beneficiadas.

Os planos foram aprovados pelo Instituto de Proteção Ambiental do Estado do Amazonas (IPAAM), e contaram com a assistência técnica do Instituto de Desenvolvimento Agropecuário e Florestal Sustentável do Estado do Amazonas (IDAM) e o apoio do Instituto Internacional de Educação do Brasil (IEB).

Com uma área de 2.000 ha, os planos de manejo de pequena escala prevêm a exploração de 1m^3/ha, o que ainda seria insuficiente para suprir a demanda de madeira em Lábrea. No entanto, a produção de madeira manejada e legalizada torna-se cada vez mais importante para garantir a sustentabilidade dos recursos, e, também, as exigências de fiscalização e do mercado final, como o das compras governamentais de móveis escolares. "O município tinha essa necessidade de poder comercializar madeira legalizada", afirmou Seu Ribamar, presidente da ASMADEL.

Outra iniciativa de produção de madeira também está em curso da Reserva Extrativista do Rio Ituxi, onde, recentemente, houve a conclusão dos Planos de Negócios e de Manejo, que deverá ser aprovado ainda esse semestre pelo Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio).

"Essa é uma conquista de anos de luta de pessoas e instituições, vinculadas ao Grupo de Trabalho (GT) Madeira de Lábrea", explicou Roberta Amaral, coordenadora regional do IEB. "Desde 2010, após um conflito entre o governo federal e os envolvidos com a cadeia produtiva da madeira, foi deflagrada a Operação Arco Verde (OAV) na cidade, abrindo mesas de diálogo entre a sociedade civil e governos, porém, a efetividade por parte do governo federal foi baixa. O GT Madeira foi um dos grupos constituídos para discutir soluções para a produção e comercialização desse produto, visando à regularização da cadeia produtiva no município", contextualizou Roberta.

Lábrea está entre os dez municípios que mais desmatam na Amazônia na lista feita pelo Ministério do Meio Ambiente (MMA). A retirada ilegal de madeira é um dos fatores que contribuem para permanência na lista dos desmatadores, principalmente na região sul, onde o acesso se dá pela BR-364, de Rondônia.

"Com o plano aprovado nós temos a segurança de trabalhar com a madeira legalizada," contou Seu Ribamar. De acordo com Valdeson Vilaça, técnico florestal do IDAM, "é um ganho para o município porque mantém a atividade forte. Cada empreendimento emprega em torno de 6 a 10 pessoas e garante também a sustentabilidade da floresta".

Nossa terra, nosso jeito

Indígenas de Boca do Acre discutem projeto aprovado em parceria do IEB e OPIAJBAM

Pesquisadores observam os marcos localizados no mapa da Terra Indígena Camicuã

Cerca de 80 indígenas da etnia Apurinã se reuniram entre os dias 10 e 11 de abril para a oficina de pactuação do Projeto Nossa terra, nosso jeito: diagnóstico socioambiental e etnomapeamento da Terra Indígena Camicuã, em Boca do Acre, no Amazonas. O projeto é coordenado pela Organização dos povos Indígenas Apurinã e Jamamadi de Boca do Acre (OPIAJBAM) e o Instituto Internacional de Educação do Brasil (IEB).

Para Francisco Apurinã, assistente técnico da Coordenação Regional do Alto Purus da Fundação Nacional do Índio (Funai), "a terra é nossa e tem que ser administrada do nosso jeito. Nós temos que garantir a participação indígena para dizer que jeito é esse, como fazer o uso da terra e como fazer a gestão do território".

O objetivo do projeto é fazer o etnomapeamento e o diagnóstico da terra indígena. "A gente vai conhecer o nosso território de perto, colocar nos mapas as riquezas naturais como madeira de lei, açaizal, castanhal, lagos, 'campo de natureza', geoglifos e conhecer o potencial da nossa aldeia", explicou Francisco Gonçalves Apurinã, coordenador da OPIAJBAM e cacique da terra indígena.

O projeto conta com dois coordenadores indígenas e oito pesquisadores indígenas que participaram da oficina de capacitação, entre os dias 12 e 15 de abril. Raquel Lange e Pablo Galeão são consultores do projeto e discutiram com os pesquisadores questões associadas a mapeamento participativo e localização geográfica. Os pesquisadores fizeram exercícios de linha do tempo sobre a história da terra indígena, mapeamento das aldeias e conversaram sobre a Política Nacional de Gestão Territorial e Ambiental de Terras Indígenas (PNGATI). No mês de maio os pesquisadores e consultores vão fazer o trabalho de levantamento nas cinco aldeias: Camicuã, Katispero, Praia Nova, Centrin e Moacir.

"Nós temos que cuidar da nossa terra para ver o resultado. Esse projeto nos faz relembrar o passado e saber como podemos viver e manter a aldeia", disse Douglas Gonçalves Apurinã, pesquisador indígena do projeto. "A gente vai fazer esse mapeamento para saber as riquezas que tem na nossa terra e também as invasões que acontecem", afirmou Francisco Pereira Apurinã, pesquisador indígena.

O projeto está dividido em seis etapas ao longo do ano. Os mapas e relatórios serão produzidos e entregues no mês de outubro. "Os mapas mostram o tamanho da terra, o uso que ela tem e para que os Apurinã possam conhecer, defender e garantir o seu território", disse Raquel Lange. "Nós temos que cuidar da terra porque ela é a nossa mãe", afirmou Evandro Gonçalves Apurinã, coordenador indígena e agente agroflorestal da Terra Indígena Camicuã.

O Projeto Nossa terra, nosso jeito é financiado pelo Projeto Demonstrativo de Povos Indígenas (PDPI), do Ministério do Meio Ambiente (MMA).

Expediente

Intituto Internacional de Educação do Brasil - IEB

Diretora Executiva:
Maria José Gontijo
Coordenador do Programa Sul do Amazonas:
Ailton Dias
Coordenadora Regional:
Roberta Amaral
Coordenadora de Comunicação:
Maria Emília Coelho
Reportagem e Redação:
Letícia Barros

Diagramação:
Alessandra Arantes
Fotos:
Maria Emília Coelho, Letícia Barros, acervo IEB e Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável de Lábrea

www.iieb.org.br

Realização

Apoio